

SOMOS TODOS TRABALHADORES. Unidos somos FORTES! Para defender nossas conquistas!

REUNIÃO COM A VIDEOLAR-INNOVA



Desde que a Innova foi assumida pela Videolar, uma série de questões têm angustiado e preocupado os trabalhadores. Inclusive algumas questões em que no primeiro encontro com a direção da empresa logo que a Videolar assumiu foram assegurados que não haveriam mudanças.

Para tratar estas questões, tivemos uma reunião com a Videolar-Innova na semana passada. **O que tratamos está no box ao lado.**

Além destas e outras questões um ponto que foi

bastante debatido, o que inclusive é o que mais incomoda os trabalhadores de turno, é o *job rotation*. Neste caso, o pessoal além de ter que atender a área operacional em que atuam, têm que atender outras áreas.

Para aprofundar mais o que foi tratado no encontro do dia 17, e também para a empresa apresentar de forma mais detalhada algumas modificações e os objetivos, ficou indicativo de uma outra reunião na próxima terça-feira, dia 28 de junho.

PRINCIPAIS TEMAS TRATADOS

- ➔ a resposta da empresa à correspondência do Sindicato que diz respeito ao pagamento das médias de horas extras no 13º salário e mudança da data de pagamento;
- ➔ efetivo de turno com redução da supervisão e acúmulo de trabalho com a necessidade de deslocamento do pessoal de carregamento e ensaque nas situações de emergência;
- ➔ fim do plano de cargos e salários;
- ➔ aumento do valor da participação do trabalhador na assistência médica (UNIMED), neste caso inclusive a maior participação do pessoal de turno, pois neste caso, sua participação é sobre o adicional de 88,5%, o que não é justo, pois a diferença dos 88,5% para os 30% de adicional dos demais trabalhadores é em função do trabalho em turno ser uma condição distinta;
- ➔ a passagem de turno feita na corrida, como dizem os trabalhadores passagem de turno "virtual", na tentativa de garantir que ela ocorra dentro de, no máximo, cinco minutos, tanto no início quanto no final da jornada e, neste caso, também, a exposição dos turneiros da Videolar-Innova frente aos das demais empresas, esperando no transbordo para atender a exigência da empresa de chegar na Portaria, assim como sair, no máximo nos cinco minutos que antecedem e sucedem a jornada. Neste caso, a posição do Sindicato foi de que o trabalho numa petroquímica, pela suas condições, exige uma atenção maior na passagem de turno e o turneiro não tem como passar todas as informações no curto espaço de tempo de 5 minutos. Citamos, inclusive, o fato de a Braskem, por exemplo, já ter reconhecido que este tempo não é suficiente, tanto que no acordo de extraturno hoje é considerado 18 minutos diários de passagem de turno.

ENCONTRO DEBATEU NEGOCIAÇÕES E LUTAS DO 2º SEMESTRE

O SINDIPOLO participou, dia 16 de junho, em SP, de encontro com representantes dos sindicatos de diversas categorias do País que discutiram a unidade entre os ramos para as campanhas salariais com data-base no segundo semestre do ano. Entre os setores estavam, além dos **petroquímicos, metalúrgicos, saúde, seguridade social, bancários, químicos, vestuário, petroleiros, transporte, construção, educação, agricultura familiar, comércio, serviços e aposentados.**

Durante o encontro foi feito um debate sobre conjuntura e a necessidade de que, além de lutar por reajuste salarial digno,

que reponha as perdas e garanta parcela de aumento real, as categorias devem estar unidas e mobilizadas em defesa dos direitos conquistados.

São várias questões que ameaçam os trabalhadores, como as mudanças na previdência, nas leis trabalhistas, terceirização, deterioração dos serviços de saúde e educação, mudanças na lei de partilha do Pré-Sal com a redução significativa de recursos para educação e saúde prevista na lei atual, entre outros ataques.

No final foi definido, entre outras iniciativas, a realização de um encontro nacional

dos trabalhadores e o fortalecimento da classe trabalhadora para defesa das questões nacionais de forma a evitar qualquer retirada de direitos, defender os empregos e por mais avanços salariais.



Relato da Reunião da CNPBz

A reunião iniciou dia 15 com uma visita técnica na Refinaria Capuava (RECAP) que está instalada na cidade de Mauá na grande São Paulo. Como existe um protocolo para visitas técnicas só é possível o comparecimento de 10 representantes inscritos em cada das três bancadas que compoem a Comissão.

Supreendentemente por se tratar da Petrobrás, que temos visitado anteriormente, observamos boas práticas, selo duplo das bombas, um laboratório que deveria servir de exemplo para outras unidades assim como a estação de tratamento de dejetos industriais (EDTI) que possui um processo adequado e é coberto.

A lamentar fica mais uma vez a "impossibilidade" do GTB fazer sua apresentação, o que configura um tolhimento das suas atividades, pois o GTB, no caso da Repar, tem um trabalho consistente. Podemos dizer que tecnicamente foi uma boa visita.

DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DO BENZENO

Ainda por parte da re-
presentação dos trabalha-

dores, observamos em todas as visitas nas refinarias da Petrobrás, que está instalado por parte das gerências e áreas de saúde e segurança o acatamento dos direcionamentos dos setores jurídicos.

Estas trazem no seu bojo um direcionamento com forte viés econômico, levando ao descumprimento do ACORDO DO BENZENO, pois a interpretação do mesmo se dá de forma exclusiva sendo extremamente prejudicial aos trabalhadores.

Para exemplificar podemos citar a criação única no país de um conceito de NÍVEL DE AÇÃO de 0.5 PPM para o benzeno, inaceitável para um produto cancerígeno como consta na legislação Brasileira.

Outras não conformidades que se contrapõem a legislação, mas são aceitas por quem deveria defendê-la por dever de ofício, são o não reconhecimento dos riscos químicos e físicos que não aparecem nos ASOS e PPP querendo fazer parecer que nas refinarias não existem exposições aos agentes químicos e ao ruído, coisa



que todos sabem, estão fortemente presentes no meio ambiente do trabalho. Em suma, é um despropósito de uma empresa que nos casos descritos prima por querer "tapar o sol com peneira".

REUNIÃO ORDINÁRIA

A pauta proposta foi vencida, destacando-se o relato e encerramento da subcomissão que discutiu um Acordo que busca melhorias nos ambientes de trabalho dos postos revendedores de combustíveis. Nesse ponto, mais uma vez, tivemos um impasse pois a bancada patronal, mesmo reconhecendo o conteúdo como válido, solicitou 15 dias para uma análise mais detalhada, ficando a data de 30 de junho como prazo máximo para uma resposta.

Em assuntos gerais foram apresentados pela bancada dos trabalhadores questionamentos que já tiveram respos-

tas e outros como o já famoso caso do relatório da REPAR que trata de problemas na área da refinaria, detectados pelo Sindicato local, mas até agora só respondido de maneira evasiva pela empresa.

REUNIÃO PLENÁRIA BANCADAS DOS TRABALHADORES E GOVERNO

Nessa tivemos também a apreciação da ata anterior, debates sobre diversos problemas nas áreas cobertas pelo Acordo, assim como apresentações das Comissões presentes, além de uma discussão para implementação das Comissões Estaduais que se encontram momentaneamente paradas.

Todos os espaços em que tivemos, as duas partes da reunião ordinária foram devidamente cobertas por palestras inerentes, proporcionando aos trabalhadores presentes temas e discussões importantes.

Um número significativo de GTBs e outros trabalhadores participaram do evento, o que demonstra a importância das discussões referentes a saúde e segurança/benzeno.

INSCRIÇÕES PARA O CAMPEONATO DE FUTSAL ATÉ 30/3. PARTICIPE!

As equipes para participar do Campeonato de Futebol de Salão "Sindipolo 35 anos de luta, você faz parte desta história", poderão fazer a **inscrição até o dia 30 de junho**. Podem participar trabalhadores sindicalizados, não sindicalizados e terceirizados. O campeonato será realizado na primeira semana de julho e ocorrerá no ginásio de esportes do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (rua Caramuru, 330, centro), em Canoas. Organize sua equipe e participe!

FICHAS DE INSCRIÇÃO

As fichas de inscrição podem estar

com os dirigentes sindicais e também no site do Sindicato (www.sindipolo.org.br). A ficha, depois de preenchida, deve ser entregue ao dirigente sindical e/ou ser enviada digitalizada para o email do SINDIPOLO.

TAXAS DE INSCRIÇÃO

Filiados: R\$ 20 c/almoço + 1 kg alimento não perecível + 1 lt leite longa vida;
Não filiados: R\$ 30 c/almoço + 1kg alim + 1lt de leite longa vida. Os R\$ 10 a mais cobrados dos não sócios serão revertidos em donativos.

Os donativos das inscrições pode-

rão ser entregues no dia do almoço e/ou no início dos jogos das equipes e serão entregues a instituições carentes, indicadas pelas equipes vencedoras.



PLR NA ARLANXEO – 2016

Após a quarta rodada de reuniões, a ARLANXEO apresentou nova proposta que evoluiu atendendo a mais algumas reivindicações dos trabalhadores.

A empresa voltou atrás na questão do pagamento aos afastados por doença comum de forma que estes receberão também a PLR. Na

questão do mandato da comissão concordou em estendê-lo até a data do pagamento da PLR. A mesma proposta foi apresentada em todas as unidades do país e até o dia 20 de janeiro já havia sido assinado pela comissão e pelo sindicato de Porto Feliz. A evolução da negociação está demonstrada a seguir.

RESUMO DA NEGOCIAÇÃO COM A ARLANXEO - 2016

1ª proposta da ARLANXEO		Proposta das comissões (*4)		2ª proposta da ARLANXEO	
	Nº salários		Nº salários (*3)		Nº salários
Meta EBITDA 930 milhões de Euros (*1)		930		930	
< 90%	Zero	(*2)		< 85%	Zero
Atingimento 90%	1,1	80%	1,1	85%	1,1
(META) atingimento 100%	2,2	100%	2,2	100%	2,2
limite 130%	3,85	120%	4,4	120%	4,4
Retira cláusula que garante pagamento aos afastados por auxílio doença comum.		*1: O valor de 930 milhões foi questionado.			
*1: Resultado mundial. É aproximadamente o meio do alvo anunciado ao mercado.		*2: Algumas comissões reivindicaram pagamento a partir de resultado, mesmo sem lucro.			
Outras questões foram levantadas pelas comissões: a) o pagamento aos terceirizados. b) A incorporação de parcela da produtividade. c) A inversão dos múltiplos salariais. d) Mais transparência e profundidade nas informações prestadas. e) Negociação entre partes com autonomia, o que envolve a estabilidade e a negociação nacional.		*3: A falta de linearidade foi questionada. Para cargos gerenciais a empresa paga 2,6; 2,9 ou 3,3 salários no caso de atingimento de 100% do EBITDA, ou seja, poderá pagar até 6,6 salários.		Estudará para o próximo ano a questão	
		*4: Foi reivindicada estabilidade para as comissões, mandato até a eleição da próxima e negociação nacional.		Estende o mandato até o pagamento da PLR	

ACORDO FECHADO

A empresa registrou também que estudará a questão dos múltiplos salariais para o próximo acordo.

A negociação deste ano diferenciou-se das que ocorreram em anos anteriores por apresentar evolução nas propostas apesar de não ser a ideal. Temos insistido na negociação nacional, no aprofundamento das informações sobre a meta de EBITDA e sobre as alterações

que vem ocorrendo ano a ano nos múltiplos salariais e a sua base. Entendemos que este aprofundamento nas informações, bem como uma negociação nacional seria o ideal para os trabalhadores e também para a ARLANXEO.

As comissões, tanto da TSR como da HPE decidiram aceitar a última proposta, que evoluiu conforme exposto no quadro e terá também a assinatura por parte do SINDIPOLO.

SINDIPOLO: CONVÊNIOS COM UNIVERSIDADES E FACULDADES

Renovação dos descontos para o período 2016/2

Sócios que utilizam os convênios com as universidades ULBRA e UNSINOS, precisam renovar seu vínculo com a Universidade junto a secretaria do Sindipolo, até o dia 28/06, a fim de renovar os descontos para o período 2016/2. Informar sua participação no e-mail: lucrbravo@terra.com.br

Lembramos que o SINDIPOLO mantém convênio com as Universidades UNISALLE, SÃO JUDAS TADEU, GRUPO FTEC FACULDADES, além de cursos de técnicos e de idiomas. Para saber mais consulte o site do SINDIPOLO: <http://www.sindipolo.org.br/convenios/>

Novos sócios também podem utilizar os descontos, entre em contato com a secretaria do SINDIPOLO e se informe dos prazos para os descontos de 2016/2.

CONFIRA AS FAIXAS DE DESCONTOS



Desconto de 5% nos cursos oferecidos para sócios e dependentes.



Descontos que variam de 7,5% a 10% dependendo do curso, do número de créditos, para sócios.



Descontos de 5% a 10% para cursos técnicos, graduação e MBAs, p/sócios e dependentes



Descontos de 5% a 10%, dependendo do número de créditos, para sócios.



Descontos que variam de de 10% a 15%, para sócios e dependentes.

Audiência pública debate reforma da previdência

O SINDIPOLO participou, na segunda (20), da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislativa do Senado, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que tratou da reforma da previdência, da



defesa da CLT e contra a extinção da Justiça do Trabalho. Após a audiência, foi feita uma assembleia popular dos trabalhadores gaúchos.

A atividade teve a participação de seis centrais sindicais: CUT, CTB, UGT, NCST, Intersindical e Força Sindical, sindicatos de diversas categorias e representantes dos movimentos sociais.

O evento teve, ainda, uma exposição do professor Denis Gimenez, especialista em Previdência Social, doutor em Desenvolvimento Econômico, mestre em Economia Social e do Trabalho, e diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da UNICAMP.

OCUPAÇÃO - Os trabalhadores que estavam na ocupação do INSS desde a semana passada, também se deslocaram em caminhada para acompanhar a audiência. A ocupação é para pressionar o governo a recriar o Ministério da Previdência, extinto e inserido dentro do Ministério da Fazenda, entre outras reivindicações.

ATAQUES A DIREITOS AVANÇAM NO CONGRESSO



O ataque aos direitos dos trabalhadores avança no Congresso Nacional com o apoio do governo interino do Temer. Propostas de flexibilização e retirada de direitos trabalhista, desmonte da proteção social

consagrado na Constituição de 1988 e desmonte do Estado já estavam previstas no documento de Michel Temer "Ponte para o Futuro".

A Agenda Brasil, apresentada por Renan Calheiros para "ajudar o país a sair da crise", reúne propostas que transformarão em realidade o projeto do Temer. E as notícias dão conta de que este processo será acelerado. O desafio dos trabalhadores e de suas representações, sindicatos, centrais

sindicais e movimentos sociais é maior a cada dia. É preciso se dar conta que de que o golpe contra a democracia e os trabalhadores foi patrocinado pelo empresariado através da FIESP, CNI e outras representações com objetivo de impor um governo para retirar direitos e reduzir custos para as empresas, fazendo os trabalhadores pagarem a conta.

Por isso, os sindicatos têm alertado que a hora de lutar é agora. Os projetos listados abaixo são apenas alguns que dizem respeito mais direta-

mente aos nossos direitos. Mas muitos outros que significam para o Brasil um retrocesso de décadas em termos de avanços sociais e direitos humanos, tramitam com rapidez na Casa, sem que os trabalhadores e a maioria da população sequer tenha conhecimento que eles existem. Assim, é fundamental que os trabalhadores de todas as categorias se informem, estejam atentos ao que vem sendo votado no Congresso e, principalmente, saiam às ruas para impedir estes retrocessos.

PROJETOS QUE ATACAM DIREITOS DOS TRABALHADORES

TERCEIRIZAÇÃO SEM LIMITES

- PL 4302/1998, na Câmara e PLC 30/2015, PLS 87/2010 e PLC 195/2015, no Senado.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- PL 427/2015, que institui o acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador;

- PL 4193/2012 – prevalência do negociado sobre o legislado;

- PL 8294/2014 – livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato;

- PL 7341/2014 – prevalência das convenções coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho;

- PL 6411/2013 – fim da ultratividade das convenções ou acordos coletivos.

CONTRATO DE TRABALHO

- PL 3785/2012 - trabalho intermitente - trabalho descontínuo, alternando prestação de serviços e folgas. O trabalhador ficará à disposição do empregador, mas receberá somente pelo tempo trabalhado;

- PL 3342/2015 - trabalho de curta duração - facilitará a contratação em atividades sazonais. Falta limites claros, permitindo o uso dessa modalidade contratual em qualquer atividade.

ACESSO À JUSTIÇA DO TRABALHO

- PL 948/2011 e PL 7549/2014 – impedem que o trabalhador demitido possa reclamar na Justiça qualquer direito trabalhista que não tenha sido expressamente ressaltado no momento de sua rescisão.

TRABALHO ESCRAVO

- PL 3842/2012 e PL 5016/2005 (Câmara)

- PLS 432/2013 (Senado)

SETOR PÚBLICO E ESTATAIS

- PLP 248/1998 – dispensa o servidor público por insuficiência de desempenho;

- PLP 1/2007 – institui limite de despesa com pessoal;

- PL 4918/2016 – Estatuto das Estatais;

- PLP 268/2016 – altera governança dos fundos de pensão;

- PL 4497/2001 – regulamenta e retira direito de greve dos servidores;

- PEC 139/2015 – extingue abono de permanência para o servidor público;

- PLP 257 – renegociação das dívidas dos Estados condicionada à redução de despesas com pessoal, ajustes previdenciários e implementação de programas de desligamento voluntário;

- PEC 241/2016 – limita os gastos públicos que serão corrigidos apenas pela inflação do ano anterior pelo período de 20 anos;

- PL 4567/16 – retira da Petrobrás a função de operadora exclusiva do Pré-sal.

ENCERRADA NEGOCIAÇÃO DOS TERCEIRIZADOS



Em assembleia realizada na sexta-feira (17), na portaria da UNIB, os trabalhadores terceirizados do Polo aprovaram a proposta das empresas e encerraram a negociação salarial deste ano. Entre os itens aprovados estão:

➔ Reajuste salarial de 10%, com reajuste acima da inflação;

➔ Prêmio assiduidade/vale alimentação total de R\$ 396,00 (prêmio assiduidade de R\$ 176,00 e vale alimentação R\$ 220,00), mantendo os mesmos critérios e garantindo o pagamento até o dia 5 de cada mês;

➔ Correção no auxílio educação e demais cláusulas econômicas de 10%;

➔ Modificações no plano de saúde – garantindo plano de saúde hospitalar e odontológico sem desconto para o trabalhador e dois dependentes;

➔ Garantia, em acordo coletivo, do pagamento dos salários até o dia 5 de cada mês;

➔ Garantia, através de cláusula do acordo coletivo, de contratação de mão de obra local de, no mínimo, 80%.